

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JORGE JOSÉ DE MORAES RULFF

A IMPORTÂNCIA DA MARINHA DO BRASIL NA DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL

Rio de Janeiro
2009

CC JORGE JOSÉ DE MORAES RULFF

A IMPORTÂNCIA DA MARINHA DO BRASIL NA DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Renato Luis Garcez Kopezynski

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2009

RESUMO

O litoral brasileiro é muito extenso, possui inúmeras riquezas naturais e, considerando a sua Zona Economicamente Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental (PC), constata-se a existência de uma área marítima medindo quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados, equivalente a cerca de 52% do território nacional e de maior extensão que a “Amazônia Verde”, chamada de “Amazônia Azul”. Inicialmente, descreve a Amazônia Azul à luz das suas quatro vertentes. Em seguida, apresenta uma síntese da evolução da Geopolítica e destaca a importância geopolítica do Atlântico Sul para o Brasil. Analisa o papel exercido pela Marinha do Brasil na Defesa da Amazônia Azul. Analisa a mentalidade marítima do povo brasileiro, recorrendo a fatos históricos e apresenta a situação atual dos meios da Marinha no que diz respeito à manutenção e ao adestramento de suas tripulações. Além disso, analisa os principais pontos da Estratégia Nacional de Defesa (END) e destaca as novas perspectivas da Marinha. Finalmente, conclui que, para defender a Amazônia Azul, a Marinha deve possuir um Poder Naval forte, que seja condizente com a dimensão e os interesses estratégicos do Brasil e para que isso ocorra, tornam-se necessárias a adoção de políticas nacionais que permitam um aporte regular de recursos para que a Marinha consiga se reaparelhar e realizar a manutenção de seus meios.

Palavras-chave: Geopolítica. Amazônia Azul. Mentalidade Marítima. Defesa Nacional. Atlântico Sul.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	A AMAZÔNIA AZUL	6
3	A AMAZÔNIA AZUL E O CENÁRIO GEOPOLÍTICO ATUAL	10
3.1	O Conceito de Geopolítica	10
3.2	A Geopolítica Nacional na Atualidade.....	11
4	O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL NA DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL	13
5	A MENTALIDADE MARÍTIMA E A SITUAÇÃO ATUAL DA MARINHA DO BRASIL	16
6	A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END) E AS NOVAS PERSPECTIVAS DA MARINHA DO BRASIL	18
7	CONCLUSÃO	21
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

No cenário geopolítico atual, o Atlântico Sul tem uma grande importância estratégica para o nosso país, sendo uma via marítima importante para o comércio de diversos países e principalmente para o Brasil.

Além disso, o nosso litoral é muito extenso e possui inúmeras riquezas naturais, tais como a pesca e o petróleo. Considerando a Zona Economicamente Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental (PC) brasileira, constata-se a existência de uma área marítima medindo quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados, equivalente a cerca de 52% do território nacional e de maior extensão que a “Amazônia Verde”. Essa área marítima é chamada de “Amazônia Azul” e, como toda fonte de riqueza, pode se tornar objeto de cobiça internacional. É válido ressaltar que grande parte da população brasileira não tem noção da grandiosidade, da quantidade de riquezas existentes e da importância para o Brasil da Amazônia Azul (CARVALHO, 2005).

Por outro lado, consegue-se identificar uma série de vulnerabilidades na Amazônia Azul, tais como a dependência do nosso país em relação ao tráfego marítimo; a grande extensão de nossa ZEE e da PC; a importância do petróleo e do gás extraídos da PC e a concentração de nossa população e das principais indústrias na faixa litorânea, ao alcance de possíveis ataques vindos do mar (VIDIGAL, 2006).

Juntamente com essas vulnerabilidades, não se pode desconsiderar a presença estratégica do Reino Unido no Atlântico Sul por meio de um cordão de ilhas (ABREU, 2007) e a reativação da IV Esquadra Americana para operar no Caribe e no Atlântico Sul (VIDIGAL, 2008).

Nesse contexto, constata-se a necessidade premente de defender essa área marítima tão importante para o Brasil e o esforço principal nessa defesa poderá ser realizado pela Marinha do Brasil.

Infelizmente, nos últimos anos o Nível Político não tem dado uma grande importância a essa defesa, o que tem acarretado uma disponibilização de recursos orçamentários insuficientes para a manutenção dos meios navais e aeronavais, bem como para o reaparelhamento da Marinha do Brasil.

O propósito desta monografia é analisar a importância da Marinha do Brasil na defesa da Amazônia Azul, enfatizando a importância geopolítica dessa área, o papel exercido pela Marinha do Brasil, a situação dos meios necessários para realizar essa defesa e as

perspectivas futuras, verificando a possibilidade de manutenção de um Poder Naval¹ que realize essa defesa e seja condizente com a dimensão e os interesses estratégicos do Brasil.

¹ Entende-se, por Poder Naval, a componente militar do Poder Marítimo (BRASIL, 2004).

2 A AMAZÔNIA AZUL

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) foi ratificada por 148 países, incluindo o Brasil. Nessa convenção ficou estabelecido que todos os recursos econômicos localizados na massa líquida, sobre o leito do mar e no subsolo marinho, ao longo de uma faixa de até 200 milhas náuticas, são de propriedade do Estado costeiro, chamada Zona Economicamente Exclusiva (ZEE). Em alguns casos, a Plataforma Continental (PC), que é o prolongamento natural da massa terrestre desse Estado, pode se estender até 350 milhas náuticas. No caso do Brasil, a soma da ZEE com a PC resulta numa área de 4,5 milhões de quilômetros quadrados repleta de riquezas e que acrescenta ao país uma área com mais de 52% de sua extensão territorial. Essa área é chamada de “Amazônia Azul”. (CARVALHO, 2005).

Nossa imensa Amazônia Azul já se encontra registrada na Política de Defesa Nacional (PDN) da seguinte maneira:

[...] 4.5 O mar sempre esteve relacionado com o progresso do Brasil, desde o seu descobrimento. A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral e pela importância estratégica que representa o Atlântico Sul. A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitiu ao Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira "Amazônia Azul". Nessa imensa área estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de potencial pesqueiro. A globalização aumentou a interdependência econômica dos países e, conseqüentemente, o fluxo de cargas. No Brasil, o transporte marítimo é responsável por movimentar a quase totalidade do comércio exterior [...] (BRASIL, 2005, p.5).

A quantidade de recursos econômicos existentes e a responsabilidade do país na garantia dos mesmos leva ao estudo da Amazônia Azul sob o enfoque de quatro grandes vertentes: a econômica, a ambiental, a científica e a de soberania (BRASIL, 2009).

Na vertente econômica, constata-se que 95% do nosso comércio exterior é transportado por via marítima. No ano de 2008, a soma das importações e exportações totalizou um montante da ordem de US\$ 371,1 bilhões². Nesse sentido, verifica-se a grande dependência do nosso país em relação ao comércio marítimo.

Nessa vertente, um produto muito importante é o petróleo. O Brasil extrai no mar mais de 80% do seu petróleo e alcançou a sua autossuficiência. Levando-se em consideração a

² Informação disponível no endereço www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=58menu=571.

recente descoberta de grandes reservas de petróleo nos campos do pré-sal³ entre o litoral do Espírito Santo e de Santa Catarina, verifica-se como esse recurso natural diretamente ligado ao mar é importante para o país. Além do petróleo, é válido ressaltar os grandes depósitos de gás natural, descobertos na bacia de Santos e no litoral do Espírito Santo, que consolidarão esse produto no mercado brasileiro, merecendo destaque como um importante combustível no século XXI (BRASIL, 2009).

Um outro importantíssimo recurso natural da Amazônia Azul é a pesca, que vem sendo realizada praticamente de maneira artesanal. Se essa atividade fosse bem aproveitada, poderia gerar muitos empregos para o país. Nesse campo, o Brasil tem um grande caminho ainda a percorrer (BRASIL, 2009).

Uma outra potencialidade dessa vertente da Amazônia Azul são os nódulos polimetálicos encontrados no leito do mar, que são formados por concentrações de óxidos de ferro e manganês, além de níquel, cobre e cobalto. No futuro, caso as jazidas terrestres se esgotem, esses recursos tornar-se-ão importantes fontes de riqueza. Nessa vertente, não se pode deixar de ressaltar a importância do turismo e dos esportes náuticos, atividades que estão se desenvolvendo de maneira acelerada no Brasil devido à beleza e a imensidão de sua costa, além do clima propício à prática dessas atividades (BRASIL, 2009).

Na vertente ambiental, o principal objetivo no âmbito internacional é o uso racional do mar, que vem sendo perseguido internacionalmente por meio de organismos governamentais e não-governamentais. No Brasil, destacam-se uma série de programas de preservação ambiental envolvendo a conscientização da população com relação a esse tema e a busca pelo desenvolvimento sustentável⁴, com a participação conjunta da Marinha do Brasil, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de vários órgãos estaduais e municipais, além de organizações não-governamentais (BRASIL, 2009).

Na vertente científica destaca-se a existência de uma série de projetos que visam o uso racional do mar voltados para a área científica. O Comandante da Marinha coordena a

³ Entende-se por camada pré-sal a faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina, abaixo do leito do mar, e engloba três bacias sedimentares (Espírito Santo, Campos e Santos). O petróleo encontrado nesta área está a profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal que, segundo geólogos, conservam a qualidade do petróleo. Disponível no endereço www.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/Ult91u440468.shtml.

⁴ Entende-se por desenvolvimento sustentável a forma de desenvolvimento que não agride o meio ambiente, de maneira que não prejudica o desenvolvimento vindouro, ou seja, é uma forma de desenvolver sem criar problemas que possam atrapalhar ou impedir o desenvolvimento no futuro. Disponível no site www.brasilecola.com.br.

Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), com representantes de quinze Ministérios e Instituições, responsáveis por uma série de ações que visam o uso racional das águas jurisdicionais brasileiras. Além disso, destacam-se alguns projetos, tais como o REMPLAC⁵, o REVIZEE⁶, o PROMAR⁷, o PROARQUIPELAGO⁸ e o GOOS/BRASIL⁹ (BRASIL, 2009).

Na opinião deste autor, a vertente da soberania é a mais importante de todas, pois na Amazônia Azul os limites das águas jurisdicionais brasileiras não existem fisicamente, apenas juridicamente. Tais limites são linhas sobre o mar e, sendo assim, a única forma de garanti-los é utilizar os navios da Marinha do Brasil patrulhando ou realizando ações de presença nessas áreas marítimas, com suas aeronaves orgânicas e com o apoio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) (BRASIL, 2009).

À luz dessas quatro vertentes, constata-se a grande importância da Amazônia Azul e a imensa responsabilidade que o Brasil possui na defesa desse gigantesco patrimônio diante da cobiça e de possíveis agressões dos eventuais adversários (CARVALHO, 2005). Esse pensamento foi resumido pelo Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho dizendo que: “Toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção” (CARVALHO, 2005, p.17). Essa responsabilidade nacional na defesa da nossa Amazônia Azul, em sua maior parte, cabe à Marinha do Brasil, através do Poder Naval.

Infelizmente, a maior parte da população brasileira não tem consciência dos direitos do nosso país nas áreas marítimas previstas na CNUDM, bem como da importância estratégica da Amazônia Azul. Esse fato, provavelmente, contribuiu para a pouca importância dispensada pelos governantes à implantação de políticas que visassem o aproveitamento das riquezas, bem como a disponibilização de recursos suficientes para a manutenção de um Poder Naval forte e capaz de defender a nossa Amazônia Azul (CARVALHO, 2005). Assim, CARVALHO ressaltou que:

Para tal, a Marinha tem que ter meios, e há que se ter em mente que, como dizia Rui Barbosa, esquadras não se improvisam. Para que, em futuro próximo, se possa dispor de uma estrutura capaz de fazer valer nossos direitos no mar, é preciso que sejam delineadas e implementadas políticas para a exploração nacional e sustentada das riquezas da nossa Amazônia Azul, bem como que sejam alocados os meios necessários para a vigilância, a defesa e a proteção dos interesses do Brasil no mar (CARVALHO, 2005, p.19).

⁵ Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira (BRASIL, 2009).

⁶ Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Economicamente Exclusiva (BRASIL, 2009).

⁷ Programa de Mentalidade Marítima (BRASIL, 2009).

⁸ Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (BRASIL, 2009).

⁹ Programa Piloto do Sistema Global de Observação de Oceanos (BRASIL, 2009).

Com isso, verifica-se a relevância para o país da nossa Amazônia Azul, ressaltando as suas quatro vertentes, com destaque para o aproveitamento de todas as suas riquezas. Essa importância está também registrada na PDN, que determina, dentre outras, as seguintes orientações estratégicas:

[...] 6.12 Em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional [...].

[...] 6.14 No Atlântico Sul, é necessário que o País disponha de meios com capacidade de exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras, bem como manter a segurança das linhas de comunicações marítimas [...] (BRASIL, 2005, p. 7).

Baseado na PDN, constata-se a preocupação do Nível Político com a defesa da Amazônia Azul devido à sua importância geopolítica, porém, como será abordado mais adiante, isso ainda não é o suficiente para cumprir a árdua tarefa de defendê-la.

3 A AMAZÔNIA AZUL E O CENÁRIO GEOPOLÍTICO ATUAL

3.1 O Conceito de Geopolítica

Napoleão Bonaparte (1769-1821) declarou que: “A Política de um Estado está na sua Geografia” (TOSTA, 1984, p.1). Esta declaração já continha uma idéia de Geopolítica, mostrando a estreita relação das condições geográficas de um Estado com o seu desenvolvimento, segurança e relações internacionais (TOSTA, 1984).

Mesmo que a idéia de Geopolítica já tenha sido abordada por Napoleão, o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) é considerado o precursor da Geopolítica. A sua teoria destacava a influência exercida pelos dois fatores geográficos (espaço e posição) em todos os fenômenos políticos e elaborou sete leis que ficaram conhecidas como as Leis do Crescimento Espacial dos Estados ou Leis dos Espaços Crescentes, que explicavam a modificação geográfica dos espaços políticos (TOSTA, 1984).

Ao abordar a origem da Geopolítica, não se pode deixar de citar a contribuição do sueco Rudolph Kjellen (1864-1922) que, numa conferência universitária, empregou o termo “geopolítica” pela primeira vez. A sua obra mais importante foi “O Estado como forma de vida”, aparecendo nessa a seguinte definição de Geopolítica: “Ciência que estuda o Estado como organismo geográfico, isto é, como fenômeno localizado em certo espaço da Terra” (TOSTA, 1984, p.24). Assim, levando em consideração os fatores formadores de um Estado – Território, Povo, Economia, Sociedade e Governo – dividiu a Política em cinco ramos distintos: Geopolítica, Demopolítica, Ecológica, Sociopolítica e Cratopolítica. Com isso, a Geopolítica passava a investigar o território como organização política (TOSTA, 1984).

Nesse momento, é importante mencionar a teoria de Alfred Thayer Mahan (1840-1914), que pregava a importância do Poder Marítimo no destino das nações e que é válida até os dias atuais, tornando-se um importante objeto de estudo da Estratégia Naval (TOSTA, 1984).

A partir daí, uma série de autores passaram a tratar da Geopolítica. Dentre eles, destacamos o mestre brasileiro Everardo Backheuser (1879-1951) que definia a Geopolítica como: “a política feita em decorrência das condições geográficas” (TOSTA, 1984, p. 31).

Com relação à geopolítica brasileira, consideram-se como seus três precursores intuitivos: o historiador Gabriel Soares de Sousa (1540-1591), o diplomata Alexandre Gusmão (1695-1753) e o estadista José Bonifácio (1763-1838) (MATOS, 2002).

Os dois primeiros livros de Geopolítica publicados no Brasil, de autoria do Capitão Mario Travassos (1891-1973), foram “Projeção Continental do Brasil” e “Introdução à Política de Comunicações Brasileiras”. Em suas obras, Mario Travassos destacava a existência de um antagonismo geográfico na América do Sul: o Atlântico e o Pacífico (MATTOS, 2002).

Nos anos 70, o destaque no ramo da Geopolítica brasileira foi o então Tenente-Coronel Golbery do Couto e Silva (1911-1987), que nas suas obras, dentre outras idéias, ressaltou a importância da posição estratégica do Brasil no Atlântico Sul (MATTOS, 2002). Golbery destacou a importância do nordeste brasileiro no controle da zona de estrangulamento do Atlântico (Natal-Dakar), quando serviu de apoio para os comboios norte-americanos que demandavam a África ou a Europa por ocasião da Segunda Guerra Mundial (FREITAS, 2004).

Uma outra figura de vulto da Geopolítica brasileira na década de 70 foi a Professora Therezinha de Castro (1930-2000), que tratou de vários temas geopolíticos, em especial a importância estratégica do Atlântico Sul, dando ênfase à necessidade do Brasil vir a possuir uma base na Antártica. Essa sua convicção materializou-se em 1983, quando o Brasil instalou a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) sob a responsabilidade logística da Marinha na Ilha Rei George, na Península Antártica (MATTOS, 2002).

Finalmente, não se pode deixar de ressaltar a importância do General Carlos de Meira Mattos (1914-2007) para a Geopolítica brasileira e para esta monografia. Autor de vários livros, Meira Mattos deu destaque, dentre vários assuntos, ao fato da segurança do Brasil estar intimamente ligada ao Atlântico Sul, devido, principalmente, à localização estratégica do saliente nordestino, que projeta o país em direção à África, influenciando diretamente na proteção das rotas marítimas para o norte da Europa, África e América do Norte (MATTOS, 2002).

Nessa breve síntese da evolução da Geopolítica, pode-se ter uma noção de sua origem, dando destaque às diversas figuras históricas diretamente relacionadas com o tema, além dos geopolíticos brasileiros que consolidaram a Geopolítica no país. Baseado no pensamento de várias dessas figuras ilustres, constata-se a importância geopolítica do Atlântico Sul para o Brasil.

3.2 A Geopolítica Nacional na Atualidade

No cenário geopolítico atual e devido à posição geográfica, o Brasil está vinculado à estratégia de duas grandes áreas: o continente sul-americano e o Atlântico Sul. Nesse sentido, é válido ressaltar a importância da vertente atlântica da África, que a coloca como linha de cobertura afastada da costa brasileira. Caso uma potência hostil ocupe a costa atlântica da África, poderá gerar um clima de inquietação e pressão bélica no Brasil. Além disso, no Atlântico Sul existe uma grande quantidade de rotas de comércio marítimo, indispensáveis à economia do nosso país. (MATTOS, 1975).

Assim, a importância do continente africano e do Atlântico Sul encontra-se registrada na PDN da seguinte maneira:

[...] 3.1 O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África [...] (BRASIL, 2005, p. 3).

Corroborando com esse pensamento, o Almirante Vidigal apresentou a seguinte consideração sobre a importância do Atlântico Sul:

O recente anúncio pelos Estados Unidos da reativação da IV Esquadra para operar no Caribe e no Atlântico Sul indica um aumento do interesse por esta região do mundo. Pode-se atribuir esta reativação às descobertas anunciadas pelo Brasil na sua plataforma continental, o que poderá vir a ser uma fonte de preocupações para o Brasil, já que, até hoje, os Estados Unidos não reconheceram a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que dá ao país costeiro o direito exclusivo sobre os recursos vivos e não vivos na sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), na plataforma continental, no seu subsolo e nas águas sobrejacentes. Em determinadas condições, previstas na Convenção, admite o direito do Estado costeiro sobre os recursos do solo e do subsolo, além da ZEE. A este fato vem somar-se a criação, em 2007, de um Comando Combinado – o Comando África –, que também envolve o Atlântico Sul (VIDIGAL, 2008, p.8).

Um outro fato digno de menção é a presença estratégica do Reino Unido no Atlântico Sul, possuindo um verdadeiro cordão de ilhas oceânicas, das quais as mais importantes são as Ilhas de Ascensão e o Arquipélago das Malvinas ou Falklands. Esse é militarmente guarnecido e mantém meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais em sistema de rodízio (ABREU, 2007).

Assim, compreende-se melhor a importância geopolítica do Atlântico Sul para o Brasil, o que reforça ainda mais a necessidade de proteção da imensa área marítima repleta de riquezas chamada Amazônia Azul.

4 O PAPEL DA MARINHA DO BRASIL NA DEFESA DA AMAZÔNIA AZUL

Antes de abordar com profundidade a defesa da Amazônia Azul, é válido recorrer à história para lembrar um episódio ocorrido em 1962-1963, que ficou conhecido como a “Guerra da Lagosta” e levou a uma crise entre o Brasil e a França, conforme descrito abaixo:

Após o apresamento de barcos de pesca franceses por navios de guerra brasileiros, no Nordeste, a França deslocou navios de guerra para a região e o Brasil chegou a fazer o mesmo. O problema, claramente de inspiração financeira, dizia respeito à interpretação do artigo 2 da Convenção sobre a Plataforma Continental de 1958, à época vigente, segundo o qual os Estados costeiros exercem direitos soberanos sobre a plataforma continental para efeitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais. Se, para movimentar-se, a lagosta nadasse na massa líquida – tese defendida pelos franceses - não poderia ser considerada recurso natural da plataforma continental. O Brasil defendia tese diferente, isto é, a lagosta, para locomover-se, não usaria a massa líquida e, sim, o solo marinho, onde se deslocaria por saltos e, portanto, deveria ser considerada como um recurso natural da plataforma continental. Mas, finalmente, o bom senso prevaleceu e não houve guerra entre os dois países. Ademais, a discussão sobre o meio de locomoção da lagosta contribuiu para o estabelecimento das disposições da futura Convenção, que iria entrar em vigor em 1994 (VIDIGAL, 2006, p.44).

Esse importante episódio histórico mostra como um desacordo envolvendo os recursos naturais da plataforma continental pode levar dois países a uma crise, podendo evoluir para um conflito, ressaltando a importância que deve ser dada à defesa dos recursos naturais da Amazônia Azul pelo Brasil.

A PDN apresenta as seguintes definições:

[...] 1.4 Para efeito da Política de Defesa Nacional, são adotados os seguintes conceitos:

I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2005, p. 2).

Com isso, depreende-se que a Segurança é um estado em que um país se encontra e a Defesa corresponde às ações tomadas pelo mesmo, para manter-se em Segurança.

Por outro lado, na Amazônia azul existem algumas vulnerabilidades, como descrito abaixo:

Entre as vulnerabilidades existentes, que afetam o Poder Naval, estão a nossa dependência do tráfego marítimo, no comércio internacional; a extensão de nossa ZEE e de nossa plataforma continental; a importância para o país do petróleo e do gás extraídos da plataforma; e a concentração de nossa população e das principais indústrias na faixa costeira, ao alcance, portanto, de ataques provenientes do mar (VIDIGAL, 2006, p. 262 e 263).

Tomando por base essas vulnerabilidades, conclui-se que diversos atores possuem responsabilidades na defesa da Amazônia Azul, tal como a Força Aérea Brasileira (FAB), porém o papel principal cabe à Marinha do Brasil que possui os meios adequados para operar nessa área marítima e defendê-la em relação às ameaças externas (VIDIGAL, 2006).

Nesse sentido, deve ser dada especial atenção à proteção do tráfego marítimo, devido a sua importância fundamental para a economia do país, já que 95% do nosso comércio exterior é transportado por via marítima. A ameaça a esse tráfego pode ser representada por navios de superfície, submarinos ou aviação embarcada (VIDIGAL, 2006).

Com isso, verifica-se a importância do nosso Poder Naval ser dotado de meios navais e aeronavais em quantidades suficientes e prontos para fazer frente a possíveis ameaças em qualquer ponto da Amazônia Azul (VIDIGAL, 2006).

Outro ponto a ser destacado na defesa da Amazônia Azul são as ações de Patrulha Naval, que permitem a proteção das águas jurisdicionais brasileiras, incluídos aí os recursos naturais existentes na nossa Zona Economicamente Exclusiva (ZEE) e na Plataforma Continental (PC), com ênfase nas reservas de petróleo e gás extraídos dessa plataforma. Para executar as ações de Patrulha Naval são necessários navios dotados de grandes velocidades, com boa capacidade de permanência no mar e, se possível, com capacidade de operar com helicópteros. Além disso, é válido destacar a importância do apoio da aviação baseada em terra nessas ações (VIDIGAL, 2006).

Um outro meio importantíssimo no contexto da defesa da Amazônia Azul é o submarino, conforme descrito abaixo:

O submarino é a arma por excelência do fraco contra o forte. Sua capacidade de operar com discrição, isto é, sem ser facilmente detectado, torna-o adequado para o ataque ao tráfego marítimo e às forças inimigas; para observação; para o desembarque de pequenas forças em pontos estratégicos, seja para a realização de incursões, seja para a coleta de informações; para o lançamento de campo de minas, defensivos ou ofensivos. Sem dúvida, uma força de submarinos é um elemento indispensável ao poder naval brasileiro (VIDIGAL, 2006, p. 264).

Assim, conclui-se ser necessário que a Marinha do Brasil seja dotada de uma Força de Submarinos significativa, constituída de meios modernos e aprestados, a fim de obter uma grande capacidade dissuasória, que seria extremamente ampliada com a construção do submarino nacional de propulsão nuclear, que será tratado no Capítulo 6 desta monografia (VIDIGAL, 2006).

Também é importante destacar a necessidade de se ter a capacidade de efetuar a minagem defensiva de pontos importantes do nosso litoral (portos, terminais, etc.) e a

varredura de campos ofensivos. Para realizar essas tarefas, torna-se necessária a existência de uma Força de Minagem e Varredura capacitada a executá-las (VIDIGAL, 2006).

Além de todas as necessidades abordadas neste capítulo, é muito importante que exista um sistema de controle do tráfego marítimo eficiente e capaz de cobrir todas as águas jurisdicionais brasileiras (VIDIGAL, 2006).

Atualmente, constata-se que, no Nível Político, o governo brasileiro está dando mais importância à questão da defesa nacional em comparação aos anos anteriores, como descrito na nova Estratégia Nacional de Defesa:

Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa (BRASIL, 2008, p. 1).

Assim, verifica-se a importância do papel que a Marinha do Brasil exerce na defesa da Amazônia Azul, face as suas vulnerabilidades, ressaltando as principais necessidades para a realização dessa defesa.

5 A MENTALIDADE MARÍTIMA E A SITUAÇÃO ATUAL DA MARINHA DO BRASIL

“Chamamos de mentalidade marítima de um povo a compreensão da essencial dependência do mar para a sua sobrevivência histórica” (VIDIGAL, 2006, p. 21).

Baseado nessa definição, pode-se observar na história do Brasil vários acontecimentos diretamente relacionados com a mentalidade marítima do povo brasileiro (VIDIGAL, 2006).

A descoberta do Brasil deveu-se à vocação marítima do povo português na época das grandes navegações. Logo no início da colonização, observou-se que o desenho das Capitanias Hereditárias permitiu que cada um dos donatários estabelecesse um porto de acesso, incentivando assim, o tráfego marítimo (VIDIGAL, 2006).

Um outro fato muito importante, que marcou o início da nossa Marinha, foi a consolidação da Independência, que obrigou o governo a manter uma Esquadra em atividade, a qual veio mais tarde a ter atuação determinante na pacificação das revoltas do período regencial. Além disso, a nossa Marinha teve atuação decisiva nas intervenções no Uruguai e na Guerra do Paraguai, quando, na Batalha do Riachuelo, o Almirante Barroso conseguiu heroicamente impedir o avanço paraguaio (VIDIGAL, 2006).

A acelerada evolução tecnológica causada pela Revolução Industrial no século XIX não pôde ser acompanhada pelo Brasil, que era essencialmente agrícola, e os recursos escassos da economia nacional tiveram que ser empregados em vários setores, em detrimento da Marinha brasileira (VIDIGAL, 2006).

A ocorrência das duas Guerras Mundiais dificultaram as atividades marítimas brasileiras, tanto devido a redução do comércio com os países envolvidos, como também com o surgimento de uma perigosa ameaça: a guerra submarina irrestrita. Assim, a nossa Marinha, após o encerramento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especializou-se na Guerra anti-submarino limitada ao conceito de defesa do Atlântico Sul devido a Guerra Fria (VIDIGAL, 2006).

Foi observado em todos esses anos até os dias atuais um grande esforço dos nossos Chefes Navais na tentativa de reaparelhamento da nossa Marinha, porém sempre esbarravam na insuficiência de recursos orçamentários alocados pelos governos.

Nesse ponto é válido destacar a situação dos “royalties” do petróleo. Com o aumento da produção desse produto, foi reconhecida a importância das atividades que são

realizadas pela Marinha e ficou estabelecido que um percentual de 15% desses “royalties”¹⁰ seria destinado a ela, porém o que ocorre na realidade é que grande parte desses recursos não chegam à Marinha, porque são contingenciados pelo governo. Se a Marinha recebesse regularmente esses recursos, seria possível planejar e executar adequadamente o reaparelhamento da Força (ABREU, 2007).

Essa dificuldade de executar o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM) e de efetuar a manutenção dos nossos meios navais e aeronavais tem trazido consequências negativas para o setor operativo, no que diz respeito à baixa disponibilidade dos meios e à queda do nível de adestramento das tripulações.

Impulsionado pela necessidade premente de defender a Amazônia Azul, com ênfase na descoberta das reservas de petróleo e gás natural da camada pré-sal e em consonância com a nova Estratégia Nacional de Defesa, o atual Comandante da Marinha, o Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, tem se empenhado bastante na busca pela execução do PRM, por meio da interação da Marinha com o Ministério da Defesa.

Assim, recorrendo à história, verificou-se a importância que a Marinha sempre teve em vários períodos no nosso país, porém isso não despertou suficientemente a atenção do Nível Político, que veio alocando recursos orçamentários insuficientes para a Marinha ao longo de vários anos. Isso ocasionou reflexos negativos no reaparelhamento da nossa Força, na manutenção dos seus meios navais e aeronavais e adestramento de suas tripulações. Todos esses fatores trazem consequências negativas, dificultando a defesa da Amazônia Azul.

¹⁰ Este percentual foi estabelecido pela Lei n.º 9478 de 1997. Informação disponível no endereço www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9478.htm.

6 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END) E AS NOVAS PERSPECTIVAS DA MARINHA DO BRASIL

Baseado na Doutrina Básica da Marinha (DBM), as tarefas básicas do Poder Naval são as seguintes: controlar áreas marítimas, negar o uso do mar ao inimigo, projetar poder sobre terra e contribuir para a dissuasão (BRASIL, 2004).

A nova Estratégia Nacional de Defesa (END) apresenta como uma de suas diretrizes: “Dissuadir a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais brasileiras, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional” (BRASIL, 2008, p.4).

Assim, constata-se a importância dada pelo governo brasileiro à dissuasão de forças hostis nas águas jurisdicionais brasileiras. A maneira de se executar essa importante diretriz é o Brasil dispor de um Poder Naval forte e capaz de defender a nossa Amazônia Azul. O meio que permite exercer a dissuasão por excelência é o submarino e a END também trata desse importante meio naval, apresentando a seguinte diretriz:

[...] 6 . Fortalecer três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear. O Brasil tem compromisso - decorrente da Constituição Federal e da adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares - com o uso estritamente pacífico da energia nuclear. Entretanto, afirma a necessidade estratégica de desenvolver e dominar a tecnologia nuclear. O Brasil precisa garantir o equilíbrio e a versatilidade da sua matriz energética e avançar em áreas, tais como as de agricultura e saúde, que podem se beneficiar da tecnologia de energia nuclear. E levar a cabo, entre outras iniciativas que exigem independência tecnológica em matéria de energia nuclear, o projeto do submarino de propulsão nuclear [...] (BRASIL, 2008, p. 5).

Além disso, a END refere-se aos objetivos estratégicos da Marinha do Brasil da seguinte maneira:

[...] 3. Para assegurar o objetivo de negação do uso do mar, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional como de propulsão nuclear. Acelerará os investimentos e as parcerias necessários para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear. Armará os submarinos, convencionais e nucleares, com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los. Cuidará de ganhar autonomia nas tecnologias cibernéticas que guiam os submarinos e seus sistemas de armas e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas [...] (BRASIL, 2008, p. 13).

Uma outra preocupação da END é a construção de uma nova base de submarinos, que abrigaria os convencionais e o nuclear (BRASIL, 2008). Esse novo empreendimento já está em estudo na Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM).

Quanto a esse meio, a Marinha está realizando a modernização dos nossos atuais submarinos convencionais e, em parceria com a França, estão previstas as construções de quatro submarinos convencionais do tipo “Scorpene” e do submarino de propulsão nuclear (MOURA NETO, 2009). Para coordenar o projeto do submarino nuclear, a Marinha criou a Coordenadoria Geral Especial do Submarino Nuclear (COGESN), subordinada ao Diretor-Geral do Material da Marinha.

Com relação às demais tarefas do Poder Naval, a END destaca que o Brasil não deve dar a mesma importância a elas, e sim estabelecer uma ordem de prioridade. A prioridade do Nível Político é que o Brasil disponha de meios capazes de negar o uso do mar a qualquer inimigo que se aproxime do país por via marítima, o que implicará na reconfiguração de nossas forças navais (BRASIL, 2008).

Após a garantia da negação do uso do mar, o país precisa manter a sua capacidade de projetar o poder sobre terra e controlar áreas marítimas. Assim, constata-se que, à luz da END, essas duas últimas tarefas básicas do Poder Naval se subordinam à negação do uso do mar (BRASIL, 2008).

Assim, segundo a END:

A negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder devem ter por foco, sem hierarquização de objetivos e de acordo com as circunstâncias:

- (a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas;
- (b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras;
- (c) prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não-convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; e
- (d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região (BRASIL, 2008, p 12).

Tomando por base essas tarefas, o Brasil deverá procurar construir os seus meios focado nas áreas estratégicas de acesso marítimo ao país, sendo que duas delas deverão ter atenção especial: uma que se estende de Santos a Vitória e outra na foz do Rio Amazonas (BRASIL, 2008).

Para o cumprimento de suas tarefas, a força naval de superfície deverá contar com navios de grande porte, capazes de operar e de permanecer por muito tempo em alto mar e com navios de menor porte, a fim de patrulhar o litoral e os principais rios navegáveis brasileiros (BRASIL, 2008). É válido ressaltar a importância da aviação naval embarcada nesses navios para executar as tarefas da END.

Uma outra determinação importante da END foi que a Marinha se preparasse para estabelecer, em um lugar adequado, o mais próximo possível da foz do Rio Amazonas, uma Base Naval nos moldes da Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), para que pudesse futuramente apoiar os navios da “Esquadra do Nordeste”¹¹, que estariam operando naquela área (BRASIL, 2008).

Para atender às determinações da END, a Marinha está elaborando o Plano de Equipamentos e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB). Ressalta-se que será proposto ao Presidente da República o Projeto de Lei de “Equipamento e de Articulação da Defesa Nacional”, após a consolidação dos Planos de Equipamentos e de Articulação das três Forças Armadas, incluindo assim a sociedade brasileira na discussão (MOURA NETO, 2009).

Em paralelo, a Marinha vem tentando cumprir o seu PRM, porém para concluir esse programa será necessário um comprometimento do Nível Político na disponibilização de recursos orçamentários regulares que permitam o seu cumprimento e, somente assim, a Marinha do Brasil poderá garantir a defesa da nossa Amazônia Azul.

¹¹ Entende-se por “Esquadra do Nordeste” os navios que estariam operando no norte e nordeste do Brasil, apoiados pela Base Naval que será construída nas proximidades da foz do Rio Amazonas, em cumprimento à determinação da END

7 CONCLUSÃO

A Geopolítica que surgiu com Ratzel e Kjélen veio evoluindo com o passar dos tempos, contando com a contribuição de ilustres figuras. No Brasil, se destacaram as obras de Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Meira Mattos, que deram destaque a essa disciplina, ressaltando, entre outros pontos, a importância do Atlântico Sul para o país.

No cenário geopolítico atual, a Amazônia Azul, já percorrida com detalhes nesta monografia, tem importância estratégica relevante para o nosso país, sendo uma via marítima do Atlântico Sul muito importante para o comércio. Além disso, o nosso litoral, por ser muito extenso, possui inúmeras riquezas naturais, destacando-se a pesca e o petróleo. Infelizmente, grande parte da população brasileira não tem noção da grandeza, da quantidade de riquezas existentes e da importância que a Amazônia Azul representa para o Brasil.

Ao mesmo tempo que se pode compreender a sua importância, consegue-se identificar várias vulnerabilidades da Amazônia Azul, destacando-se, dentre elas, a grande dependência do Brasil em relação ao tráfego marítimo, onde 95% do nosso comércio exterior é transportado por via marítima; a importância do petróleo e do gás extraídos da PC, aumentada com a descoberta das reservas do pré-sal; e a concentração de nossa população e dos principais centros industriais no litoral. À luz dessas vulnerabilidades, não se pode ignorar uma possível cobiça de outros países em relação às riquezas da nossa Amazônia Azul, bem como alguma atitude hostil proveniente do mar. Assim, é válido ressaltar a presença estratégica do Reino Unido no Atlântico Sul por meio de um cordão de ilhas e a reativação da IV Esquadra Americana para operar no Caribe e no Atlântico Sul.

Tudo isso leva a constatação da necessidade premente de defender a Amazônia Azul e, por possuir os meios navais e aeronavais capazes de operar nessa área marítima, a Marinha do Brasil realiza o esforço principal na defesa dessa imensa área.

Assim, verifica-se que para defender a Amazônia Azul, o nosso Poder Naval deve ser dotado de meios aprestados e em quantidades suficientes para fazer frente a possíveis ameaças em qualquer ponto da mesma.

Historicamente, observou-se um grande esforço dos nossos Chefes Navais na tentativa de reaparelhamento da nossa Marinha, porém sempre esbarravam na insuficiência de recursos orçamentários alocados pelos governos.

Com relação aos recursos, merece destaque a situação dos “royalties” do petróleo, onde a parte que cabe à Marinha do Brasil tem sido contingenciada pelo governo. Caso a

Marinha recebesse regularmente esses recursos, seria possível executar adequadamente a manutenção dos seus meios navais e aeronavais, além de cumprir seu programa de reaparelhamento.

Essa dificuldade na execução do Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM) e na manutenção dos meios navais e aeronavais tem trazido sérias conseqüências para o setor operativo, no que diz respeito à baixa disponibilidade dos meios e à queda do nível de adestramento de suas tripulações.

Após a descoberta das reservas de petróleo e gás natural do pré-sal, a necessidade de defender a Amazônia Azul tornou-se mais premente ainda. Assim, o Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, atual Comandante da Marinha, tem se empenhado bastante na busca pela execução do PRM.

Em paralelo, o Nível Político passou a dar mais importância a necessidade de defesa das nossas águas jurisdicionais, fazendo constar na PDN e na nova Estratégia Nacional de Defesa orientações e determinações para a Marinha do Brasil realizar essa defesa. Dentre essas orientações, destaca-se o projeto de construção do submarino nuclear nacional, que quando concluído aumentará em muito a capacidade dissuasória da nossa Marinha. Atualmente, esse projeto está sendo capitaneado pela COGESN, no âmbito da Diretoria-Geral do Material da Marinha.

Além disso, a Marinha está elaborando o Plano de Equipamentos e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB) e em paralelo, vem tentando cumprir o seu PRM, a fim de modernizar, adquirir ou construir meios navais e aeronavais para cumprir as diretrizes contidas na END e, conseqüentemente, defender com eficácia a Amazônia Azul.

Nesta monografia, foi ressaltada a importância geopolítica da Amazônia Azul para o Brasil e o importante papel da Marinha brasileira na defesa dessa importante área marítima; foi analisada a situação dos meios navais e aeronavais necessários para realizar essa defesa e as perspectivas futuras no que se refere ao reaparelhamento da Força. Porém, para concluir esse programa será necessário um grande comprometimento do Nível Político na disponibilização de recursos orçamentários regulares, incluindo aí a parcela dos “royalties” do petróleo que cabem à Marinha do Brasil. Esse comprometimento somente será atingido com a interação cada vez maior da Marinha do Brasil com o Ministério da Defesa.

Assim, conclui-se que existe a necessidade da adoção de políticas nacionais, tal como a aprovação da Lei de “Equipamento e Articulação da Defesa Nacional”, que permitam esse aporte regular de recursos para que a Marinha do Brasil possa se reaparelhar e, cada vez

mais, conseguir manter um poder naval forte, capaz de realizar a defesa da Amazônia Azul e que seja condizente com a dimensão e os interesses estratégicos do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Guilherme Mattos de. A Amazônia Azul: O Mar que nos Pertence. **Caderno de Estudos Estratégicos**, Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n. 6, p. 17-66, mar. 2007.
- BRASIL. **Decreto n. 5.484** de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional. Brasília, 2005. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1 jul. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decretoD5484.htm>. Acesso: em 15 jul. 2009.
- _____. **Decreto n. 6.703** de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2008. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm> Acesso: em 15 jul. 2009.
- _____. Estado-Maior da Armada. **EMA 305: Doutrina Básica da Marinha**. Brasília. 2004.
- _____. Marinha do Brasil. Centro de Comunicação Social da Marinha. **Vertentes da Amazônia Azul**. Brasília: [s.n.], 2009. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/vertente.htm>. Acesso em: 3 jul. 2009.
- CARVALHO, Roberto de Guimarães. A outra Amazônia. In. SERAFIM, Carlos Frederico Simões (coord.). **Geografia: ensino fundamental e ensino médio: o mar no espaço geográfico brasileiro**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 17-24.
- FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Brasil, Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- MOURA NETO, Júlio Soares de. A marinha e a Estratégia Nacional de Defesa. **Revista Tecnologia & Defesa**, São Paulo, v. 26, n. 117, p-23, 2009.
- TOSTA, Octavio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *et al.* **Amazônia azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **O Brasil na América do Sul - uma análise político-estratégica**. Brasília: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/diversos/Artigos_selecionados/Documentos/OBrasilnaAmericadoSul.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2009.

